

Cordeiro paga R\$ 18 milhões em dívidas no terceiro quadrimestre de 2025

Maior parte dos recursos foi destinada a precatórios, cerca de R\$ 7,5 milhões

Por Leandra Lima

O município de Cordeiro, na Região Serrana do Rio, quitou cerca de R\$ 18 milhões em despesas obrigatórias e dívidas no terceiro quadrimestre de 2025. Os dados foram apresentados em audiência pública de prestação de contas. De acordo com o relatório fiscal, o maior valor pago foi referente ao parcelamento especial de precatórios, que somou aproximadamente R\$ 7,5 milhões.

Outro gasto relevante foi com repasses para o Instituto de Aposentadoria e Pensão do Município (Ipamc), divididos em duas categorias: R\$ 3 milhões para parcelamentos e R\$ 1 milhão para aporte.

Além dos precatórios e do Ipamc, a Prefeitura informou que quitou valores relacionados a:

- acordos judiciais;
- juros e multas;
- parcelamentos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- bloqueios judiciais;
- pagamento de cirurgias e sentenças;
- honorários advocatícios.
- investimentos gerais, como a aquisição do prédio do Hospital Municipal em 2024.



Aplicações em Saúde e Educação ficaram acima do mínimo constitucional

Na ocasião, a Prefeitura realizou o pagamento de R\$ 4.714.000,00 pelo prédio e R\$ 1.019.000,00 referentes aos aluguéis de 2018 até 2023, totalizando R\$ 5.733.230,00. Além de R\$ 286.000,00 de honorários advocatícios, somando-se R\$ 6.019.000,00, entre outras dívidas pagas.

“No item de dívidas pagas, destacamos, mais uma vez, um ponto do qual o município não pode se esquivar: foram R\$ 18 milhões quitados, principalmente em precatórios e nos valores destinados ao Ipamc e aos aportes. Dentro da linha de investimentos, para se ter uma ideia,

entre 2021 e 2024 fechamos o período com R\$ 27,7 milhões. Considerando que o hospital está incluído neste montante, podemos arredondar para cerca de R\$ 21 milhões. Isso representa uma média anual de R\$ 5 milhões em investimentos”, ressaltou o prefeito Leonan Melhorance.

Corte de investimentos em 2025

Apesar disso, Leonan pontuou que, no ano passado, foi necessário cortar praticamente R\$ 3 milhões dessa previsão de investimentos, o que ocasionou diminuição de aporte para algumas pastas. “Então, diminuimos o número de

obras, de calçamento de rua, de reforma de praça e posto de saúde, para conseguir fechar o ano. Estamos trabalhando muito para conseguir ter equilíbrio. A arrecadação caiu para todos os municípios do Brasil. Então, precisamos agora ter muita responsabilidade com os aumentos e reajustes que vamos aplicar aos salários dos concursados”, ressaltou o prefeito.

Câmara vota reajuste

Sobre o assunto, a Câmara votou o reajuste dos níveis 1, 2 e 3 dos concursados, conforme o mesmo projeto de lei apresentado no ano passado. Também foi aprovado o reajuste dos car-

gos comissionados dos níveis 2, 3 e 4. Nesse sentido, o prefeito destacou que, em 2025, enviou um projeto à Casa que viabilizou os pagamentos a partir de 1º de julho.

“Nos próximos meses, farei uma nova avaliação de todas as categorias para que possamos encaminhar reajustes com responsabilidade. A prioridade é manter os salários em dia. Não adianta o Legislativo aprovar aumentos de 4% ou 8% se o município depois enfrentar dificuldades para cumprir a folha”, pontuou.

Gasto com o pessoal

A região já esteve no limite de alerta referente aos gastos com a despesa total com pessoal em 2024, chegando a bater 54%, o nível máximo conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para garantir o equilíbrio das contas públicas. Em 2025, o cenário não se aplica, pois, durante o segundo e terceiros quadrimestres, o município atingiu um percentual de 41,73%.

Ao todo, a Receita Corrente Líquida do terceiro quadrimestre de 2025 foi de R\$ 150.546.067,98.

Saúde e Educação acima do mínimo constitucional

Conforme dados apresentados na audiência, Leonan explicou que as aplicações nas áreas da Saúde e Educação estão basicamente dentro das normativas da Constituição.

A Saúde apresentou um montante de mais de R\$ 81 milhões, enquanto as despesas pagas somaram cerca de R\$ 20 milhões, o que corresponde ao percentual alcançado de 25,25%, considerado acima do limite mínimo exigido pela Constituição, que é de 15%.

Já na Educação, o índice também está acima do considerado legal, atingindo 26,87%. O mínimo é de 25%. Para o fundo da pasta foram destinados mais de R\$ 22 milhões e 700 mil.

MPF convoca audiência pública sobre a BR-040/495

Por Redação

O Ministério Público Federal (MPF) realizará, no dia 10 de março, uma audiência pública para debater aspectos jurídicos, técnicos e de gestão participativa relacionados à concessão da Rodovia BR-040/495, no trecho entre Juiz de Fora (MG) e o Rio de Janeiro (RJ). A iniciativa busca ampliar a transparência, garantir o controle social e ouvir a sociedade sobre temas de grande impacto para usuários da rodovia e comunidades do entorno.

A audiência será realizada a partir das 13h30, no salão nobre da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), em Petrópolis



O órgão busca ampliar a transparência, garantir o controle social e ouvir a sociedade

(RJ), e é aberta a toda a sociedade. O encontro foi convocado para instruir inquéritos civis instaurados pelo MPF que acompanham o processo de concessão da rodovia.

Durante a audiência, serão debatidas as principais obras e intervenções previstas, com detalhamento do cronograma de execução, além da atuação da concessionária Elovias S.A., especialmente no que se refere aos trabalhos iniciais e aos serviços de conservação da rodovia federal. Outro ponto central do debate será a tarifa básica de pedágio, com explicação sobre os itens que compõem o cálculo e os fatores que podem influenciar o valor cobrado dos usuários.